

## Carta do Sinasefe Seção Ifes em defesa da democracia

Manifestamos nossa preocupação sobre o processo de julgamento do ex-presidente, Luís Inácio Lula da Silva, no que diz respeito à democracia no Brasil e aos ataques aos direitos dos trabalhadores. Para tanto, alertamos sobre os seguintes elementos do processo:

1. **Sentença sem provas e a parcialidade de juízes** – quando o juiz Sérgio Moro em sentença sem provas condenou Lula da Silva baseado em “**fato indeterminado**” e por “**convicção**”; quando o presidente do Tribunal de 2ª Instância (TRF4) Thompson Flores, mesmo sem ter lido os autos do processo, classificou a sentença de primeira instância como “**irretocável**” e “histórica”. Além disso, a chefe de gabinete do presidente do Tribunal, Daniela Tagliari Krling Lau, compartilhou uma petição *online* com os dizeres: “Lula o Brasil inteiro exige sua prisão”.
2. **Campanha da mídia** – A politização do processo começou em março de 2016, semanas antes do *Impeachment* de Dilma Rousseff ser votado e aprovado na Câmara dos Deputados, quando Moro determinou a condução coercitiva do ex-presidente, apesar de ele nunca ter se recusado a prestar depoimentos quando solicitado. O fato foi um espetáculo para o Partido da Imprensa Golpista (PIG). Outro momento de união entre a mídia e o juiz Moro foi a divulgação de conversas telefônicas de Lula interceptadas pela Polícia Federal (PF), incluídos os diálogos com a então presidenta Dilma, fora do período autorizado pelo juiz. “A campanha da mídia orquestrada desde o início do processo contra a figura de Lula e alimentada por um inaceitável protagonismo dos juízes, os quais se pronunciaram inúmeras vezes abertamente e publicamente contra o ex-presidente fora dos âmbitos do processo contra o acusado, dessa forma manifestando contra ele uma hostilidade e um **pré-julgamento** que em qualquer um outro sistema teria justificado a rejeição dos magistrados” (Luigi Ferrajoli, jurista italiano, em 15-01-2018).
3. **Impeachment e o processo contra Lula** – “Um terceiro fator de preocupação sobre a imparcialidade do processo é dado pela sua simultaneidade com o impeachment, de sustentação jurídica muito duvidosa, contra a presidente Dilma Rousseff, que gerou a impressão que os dois procedimentos têm o significado político de uma única operação, de **restauração antidemocrática**”.

**Objetivo do processo** – Todo esse processo faz parte de um acordo com banqueiros e especuladores internacionais com o objetivo de desmontar o estado brasileiro e eliminar qualquer forma de resistência da oposição, com congelamento dos investimentos públicos primários em **saúde, educação, segurança e benefícios sociais**, retirada dos direitos da classe trabalhadora garantidos na **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, como férias, 13º salário, FGTS, gerando mão de obra

barata, condições precárias de trabalho e aumento do tempo de contribuição para o direito a aposentadoria. É objetivo também dessas forças antibrasileiras a entrega do patrimônio público e das nossas riquezas minerais (privatizações). Isso se justifica com a retirada da esquerda do poder (Dilma) e a forma com que aprovaram a Pec do Congelamento, a Reforma Trabalhista (compra de votos descarada) e agora a pressão na tentativa de aprovação da reforma da Previdência. Todo esse processo cruel contra o povo brasileiro tem como pano de fundo **beneficiar banqueiros e grandes especuladores internacionais**, desejando regredir o Brasil a uma recolonização.

4. **Conclusão** – Nesse sentido, se faz necessário a resistência popular e a nossa manifestação em defesa da Previdência Pública e dos Direitos Trabalhistas.

**FORA TEMER!**